

BANCÁRIOS NA LUTA

Ano I | 8 de Setembro de 2017 | Nº 5

JORNAL DO SINDICATO DOS BANCÁRIOS E FINANCIÁRIOS DE BAURU E REGIÃO

UMA ENTIDADE FILIADA À 

Sindicatos de oposição entregam à Fenaban a pauta de reivindicações da FNOB

Bancários em campanha! Lutamos por contratações, pelo fim das terceirizações e por nossos direitos!

No dia 3, reunidos no XV Encontro da Frente Nacional de Oposição Bancária (FNOB), que aconteceu na sede do **Sindicato dos Bancários de Bauru e Região**, trabalhadores de diferentes regiões do país discutiram e votaram os eixos e a pauta de reivindicações para a campanha da categoria em 2017. Apesar do acordo firmado no ano passado, entre a Contraf/CUT e os banqueiros, ter validade de dois anos, nossas demandas seguem sem serem atendidas, e é preciso lutar!

Exigimos um aditivo à Convenção Coletiva de 2016-2018, incluindo garantias de emprego, contratação de empregados, o fim das terceirizações e do assédio. Somente nos últimos anos, os principais bancos do país fecharam cerca de 30 mil postos de trabalho. Enquanto isso, o volume de trabalho, número de contas e operações de crédito sempre cresceram, assim como o lucro.

É menos gente trabalhando, com muito mais trabalho a ser feito. O resultado já aparece sob a forma de uma sobrecarga que leva ao estresse, depressão e atrasos escandalosos no atendimento aos clientes. Agências lotadas e milhares de trabalhadores adoecidos são o reflexo de uma realidade que só tende a piorar se nada for feito.

Acordo bianual

O acordo bianual foi péssimo para os bancários. Pelo fato de o acordo ter validade de dois anos, os bancários correm o risco de ficar sem lutar e sem fazer greve neste período em que mais postos de trabalho estão sendo fechados, em que há mais ataques aos direitos trabalhistas e em que a terceirização pode terminar de desmontar a categoria, a partir da entrada plena da nova legislação a respeito, em novembro próximo. Este “cheque em branco” dado pela Contraf/CUT e Contec no ano passado foi bom apenas para os próprios sindicalistas traidores, para os banqueiros e para o governo.

Os sindicalistas pelegos ganharam um ano inteiro de folga, sem ter que trabalhar nem sequer no mês da greve, e ain-

da sem terem que se desgastar manipulando assembleias e controlando a base, que muitas vezes enfrenta os péssimos acordos que negociam. Os banqueiros ficaram livres para demitir em massa nos privados, e os governos para “reestruturar” os bancos públicos (Caixa, BB, BNB, Banrisul, BASA), fechando agências, retirando centenas de comissões, rebaixando salários e mandando milhares de empregados embora.

No quesito financeiro, nosso reajuste será abaixo de 4%, e nenhuma outra cláusula, no que depender da Contraf/CUT, será negociada. É o pior acordo dos últimos 20 anos! E não podemos aceitar que setembro passe em branco sem luta.

Assembleias já!

Quarta-feira, dia 6, representantes da FNOB entregaram, em São Paulo, a pauta de reivindicações à Fenaban. Nos próximos dias eles também vão entregar as pautas específicas ao Banco do Brasil e à Caixa Econômica Federal.

Apesar do acordo de dois anos, há inúmeros temas que não foram atendidos e podem ser objeto de negociação neste ano. Mais do que isso, é urgente barrar as demissões e a terceirização, e lutar por novas contratações!

Os sindicatos da Contraf/CUT não querem ouvir a base e se recusam a realizar assembleias para que os bancários decidam. Exigimos assembleias no país todo, para que se possa deliberar acerca de uma possível greve ou paralisação. Nossos direitos estão sendo tomados e não podemos esperar mais um ano de braços cruzados. A data-base permite ações de luta amparadas na lei, e não podemos perder esta oportunidade, sob pena de estarmos ainda piores e mais fracos para lutar em 2018. A luta não pode parar!

Veja nos quadros abaixo treze pontos urgentes que podem ser discutidos com os bancos, por meio de um acordo aditivo, sem ferir a convenção coletiva bianual assinada no ano passado.



Bancários de várias partes do Brasil aprovaram a entrega da pauta da FNOB à Fenaban

Isonomia

É comum, nos bancos públicos, trabalhadores com mais tempo de casa terem alguns direitos que não foram estendidos aos trabalhadores pós-1998 (licença-prêmio, PCS, PCC, entre outros). Com a lucratividade atual, é possível corrigir essas distorções, premiando os funcionários com menos tempo de banco.

Novas contratações

Vinte mil postos de trabalho foram fechados no último ano, somente pelo sistema bancário. Embora muitos falem que isso é consequência do avanço tecnológico, qualquer pessoa que visita uma agência bancária percebe que a demanda física continua e a falta de funcionários impera.

Anuênio + Quinquênio

Muito do achatamento salarial vivido pelos bancários atualmente passa pelo congelamento salarial da era FHC, mas também pela extinção de direitos como o anuênio e o quinquênio. Defendemos um aumento salarial de 2% a cada ano trabalhado e de 10% a cada cinco anos. É preciso recompor a renda do bancário.

Quebra de caixa + Função de caixa

De um ano para cá, diversas reclamações trabalhistas foram ajuizadas com a tese de que a função de caixa é uma gratificação pela função exercida (de maior responsabilidade), e que dela não deve ser descontado nada quando surge uma diferença de caixa. Defendemos que a verba de quebra de caixa seja acumulada com a verba de função de caixa.

PCCS nos bancos privados

Os bancos privados também têm condições de implementar planos de carreira, cargos e salários, valorizando os funcionários por tempo de serviço e oferecendo promoções baseadas em avaliações objetivas. Nos bancos públicos, é preciso definir critérios mais claros para as promoções, que muitas vezes ocorrem através do famoso QI (“quem indica”).

Vedar qualquer terceirização

Com a aprovação da lei da terceirização, os bancos devem entregar a maior parte de suas atividades para empresas terceirizadas. A consequência será o aumento no número de trabalhadores recebendo salários rebaixados apesar de realizarem as mesmas tarefas dos bancários. Isso é inaceitável. Somos contra qualquer tipo de terceirização.

Agência com dois turnos de trabalho

Uma reivindicação histórica do movimento sindical é a abertura das agências bancárias a partir das 8 horas, com dois turnos de trabalho. Essa medida obrigaria os bancos a realizarem mais contratações, além de permitir a redução da jornada de trabalho para 5 horas diárias e, também, que os clientes e usuários tenham um tempo maior de acesso aos bancos.

Abono-assiduidade nos privados

O empregado de banco privado tem apenas um dia no ano para abonar. Muitas vezes, o banco ainda escolhe a data para que o abono seja usufruído – quase sempre, no aniversário. O Sindicato e a FNOB defendem a extensão do abono de cinco dias, previsto nos acordos aditivos dos bancos públicos, para a convenção coletiva da categoria.

Pagar substituição diária

Hoje é normal um bancário substituir o seu superior quando este entra em férias ou licença. No entanto, o bancário não recebe um único tostão a mais por isso. Ou seja, fica com o ônus das obrigações da substituição, mas sem o bônus. Nem sempre foi assim: no passado, os bancos pagavam pela substituição e é isso que a FNOB reivindica.

Política de proteção à saúde

Desrespeito aos intervalos previstos em normas reguladoras, cobranças de meta a todo momento via Whatsapp e sobrecarga de trabalho são apenas alguns dos fatores que tanto adoecem a categoria bancária. É preciso elaborar uma política efetiva de proteção à saúde do bancário. Esta campanha salarial poderia ser um marco nesse sentido.

Fim dos correspondentes bancários

Os correspondentes bancários foram criados com um objetivo específico e paliativo: levar serviços bancários básicos aos habitantes de pequenas cidades e vilarejos. Só que hoje os correspondentes estão em todo lugar, servindo como agências terceirizadas. Defendemos que os correspondentes sejam transformados em agências bancárias depois de seis meses.

Política de segurança bancária

Os números de assaltos às agências bancárias e de sequestros de trabalhadores bancários aumentaram absurdamente nos últimos anos. Pior: os bancos não fornecem esses números às entidades sindicais, o que dificulta a criação de uma política de segurança bancária. É urgente reverter essa situação e resguardar a vida dos trabalhadores bancários.

Fim das demissões imotivadas

Como o Brasil não é signatário da Convenção 158 da Organização Internacional do Trabalho (OIT), que inibe as demissões imotivadas, as grandes empresas promovem demissões mesmo quando não precisam, como no caso dos bancos. Chega de alta rotatividade e de fechamento de postos de trabalho no setor bancário!

Encontro da FNOB discutiu reforma trabalhista

Nos dias 2 e 3 de setembro, o **Sindicato dos Bancários de Bauru e Região/CSP-Conlutas** sediou o XV Encontro Nacional da Frente Nacional de Oposição Bancária (FNOB). O Encontro contou com participantes dos Sindicatos do Maranhão e do Rio Grande do Norte, além de representantes das oposições de São Paulo e Rio Grande do Sul.

Iniciando o encontro, Luís Henrique Rafael, desembargador do Tribunal Regional do Trabalho da 15ª Região, e Sérgio Luiz Ribeiro, advogado do Sindicato, falaram sobre a constitucionalidade e os efeitos práticos da reforma trabalhista e da terceirização na categoria bancária.

A reforma trabalhista alterou mais de cem pontos da Consolidação das Leis do Trabalho (CLT), o que, na visão dos palestrantes, pode ser o início de um desmonte das leis trabalhistas do Brasil.

Além disso, o princípio do projeto estabelece que o negociado prevalece sobre o legislado, ou seja, a negociação entre trabalhadores e patrões vai se sobrepôr aos direitos contidos na Constituição.

Partindo dessa ideia, discutiu-se o ajuizamento de uma Ação Direta de Inconstitucionalidade (Adin), já que, como dito, essas alterações atingem direitos previstos na

Constituição.

Aliás, não são só os palestrantes que entendem que a reforma trabalhista fere a Constituição. No encontro, foi lembrado que o Procurador Geral da República, Rodrigo Janot, protocolou no Supremo Tribunal Federal (STF) uma Adin sobre o tema. Nela, ele questiona, por exemplo, o pagamento de uma ação derrotada com o dinheiro de uma ação vitoriosa do mesmo reclamante.

Os palestrantes falaram ainda sobre os temas que mais assustam os bancários: manutenção da Súmula 372, demissão por justa causa e a lei que prevê a terceirização das atividades-fim no sistema bancário. Foi decidido ampliar o número de ações civis públicas para tentar resguardar os direitos adquiridos pelos bancários no contrato de trabalho vigente. Outra preocupação é o limbo em que ficarão os bancários após 1º de setembro do ano que vem, pois as cláusulas da CCT não serão renovadas automaticamente.

O **Sindicato dos Bancários de Bauru e Região/CSP-Conlutas** disponibilizará, em seu canal no YouTube, a íntegra do debate sobre a reforma trabalhista. Seguiremos na batalha pela revogação dessa nova lei que retira direitos dos trabalhadores. A luta continua.



Debate sobre a reforma trabalhista contou com a presença de Luís Henrique Rafael, desembargador do Tribunal Regional do Trabalho da 15ª Região, e de Sérgio Luiz Ribeiro, advogado do Sindicato (ambos na foto ao lado, compondo a mesa com o diretor Paulo Tonon). Para eles, a nova lei trabalhista, que permite a alteração de mais de cem pontos da CLT, deve ser questionada no STF, por sua inconstitucionalidade

Vitória! Mercantil do Brasil é condenado a restituir plano de saúde em Bauru

Em meados do ano passado, os bancários do Mercantil do Brasil foram surpreendidos com a mudança do seu convênio médico. De forma unilateral, sem qualquer discussão prévia, o banco substituiu o plano de saúde da Unimed pelo plano do Bradesco Saúde.

A mudança, que passou a valer em 1º de agosto de 2016, causou insatisfação geral, pois é notório que o Bradesco Saúde é mais fraco que a Unimed, pelo menos na região de Bauru (em número de médicos, laboratórios e hospitais conveniados).

De acordo com a Agência Nacional de Saúde (ANS), o índice de reclamações do Bradesco Saúde é muito superior que a média. Enquanto a Unimed de Bauru se encontra no 128º lugar no ranking de reclamações, o Bradesco Saúde se encontra em 14º lugar (no caso, quanto menor o número, pior a operadora).

O **Sindicato dos Bancários de Bauru e Região** bem que tentou negociar com o banco a manutenção do convênio com a Unimed, mas não obteve sucesso. Então, viu-se na obrigação de acionar a Justiça, que emitiu sua sentença no último dia 30.

Sentença

Em resumo, o juiz José Augusto de Almeida Prado Ferreira de Castilho, da 2ª Vara do Trabalho de Bauru, declarou a nulidade da alteração, condenando o banco a restabelecer o convênio com a Unimed para os



empregados da base territorial do **Sindicato dos Bancários de Bauru e Região**.

Em sua sentença, o juiz começa a análise do caso dizendo: "O primeiro ponto a se verificar é se o plano de saúde anteriormente ofertado pelo réu aos seus empregados se incorporou ao contrato de trabalho destes. E, no presente caso, a resposta é positiva."

Isso porque, em sua defesa, o Mercantil do Brasil alegou que o plano de saúde é uma benesse oferecida espontaneamente pelo banco, podendo ser alterada livremente. Para o magistrado, no entanto, a cláusula 43 da Convenção Coletiva de Trabalho dos bancários não obriga a contratação de convênio de assistência médica e hospitalar, mas estabelece que, se este for contratado, deve ser disponibilizado aos empregados dispensados sem justa causa.

"Assim, ainda que se trate de benesse concedida espontaneamente, a mesma aderiu ao contrato de trabalho de seus empregados, e não pode ser posteriormente suprimida daqueles empregados contratados quando do fornecimento do benefício, sob pena de ofensa ao artigo 468 da CLT".

A Súmula nº 51 do Tribunal Superior do Trabalho reforça esse entendimento. (Art.

468 da CLT: "Nos contratos individuais de trabalho só é lícita a alteração das respectivas condições por mútuo consentimento, e ainda assim desde que não resultem, direta ou indiretamente, prejuízos ao empregado, sob pena de nulidade da cláusula infringente desta garantia.")

Como está prevista na sentença do magistrado multa diária em caso de não cumprimento, o Mercantil do Brasil já começou a disponibilizar carteirinhas da Unimed para seus funcionários.

Cassi

O **Sindicato dos Bancários de Bauru e Região** considera essa sentença uma vitória dos trabalhadores do Mercantil do Brasil. Baseado nela, pretende estender essa iniciativa jurídica para outros planos de saúde que sofreram rebaixamento de qualidade recentemente.

O caso mais gritante é o da Cassi, plano de saúde dos funcionários do Banco do Brasil. Desde que o banco rompeu o contrato com a Unimed, colocando em seu lugar o convênio da São Lucas, se tornaram comuns as queixas de falta de médicos credenciados, dificuldades para realizações de operações, falta de Pediatria, entre outras.

Não é justo que um setor tão lucrativo como o financeiro insista em economizar alguns trocados com a saúde do trabalhador. Mesquinhos!

Reajuste este ano será de 2,73%. Parabéns, Contraf/CUT!

O IBGE divulgou anteontem, dia 6, o Índice Nacional de Preços ao Consumidor (INPC), que serve de parâmetro para o reajuste salarial dos bancários:

nos 12 meses encerrados em agosto, a inflação acumulou alta de 1,73%. Assim, em respeito ao que os pelegos da Contraf/CUT negociaram com os banqueiros no ano passado, o reajuste dos salários e das verbas será de míseros 2,73%, a partir deste mês. Parabéns, pelegos!

O acordo de dois anos foi um erro grosseiro da CUT. Apesar da economia desaquecida, a verdade é que os bancos estão muito bem e podem melhorar os incentivos e as condições de trabalho. Basta lembrar

que, no primeiro semestre, o lucro líquido cresceu 5% no BB, 13% no Itaú e no Bradesco e 45% no Santander. Perto disso, 2,73% é esmola!



EBC Agência Brasil
Economia
Banco do Brasil fechou 217 agências bancárias desde o anúncio de reestruturação

O POVO
LEI DA TERCEIRIZAÇÃO
Economia
Caixa poderá contratar bancários temporários e sem concurso

R /retomadabancaria



No dia 29 de agosto, empregados do banco Safra de Bauru estiveram presentes na assembleia, realizada na sede do **Sindicato dos Bancários de Bauru e Região**, que discutiu e aprovou a assinatura do acordo coletivo aditivo que disciplina o uso do ponto eletrônico no banco.

Na ocasião, Michele Montilha e Priscila Rodrigues, diretoras do **Sindicato**, aproveitaram para explicar o funcionamento da entidade e a importância da sindicalização e da participação dos bancários.

A assinatura do acordo deverá ser realizada nos próximos dias. O **Sindicato** considera esse aditivo um avanço, já que com ele será possível ter acesso aos registros de pontos dos funcionários. Além disso, caso o banco não disponibilize esses dados, é possível que a entidade rompa o acordo a qualquer momento.